



A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ



Categoria em estado de greve

Na assembléia de quarta-feira, dia 18, no auditório Bezão, os técnicos-administrativos reafirmaram o estado de greve decretado pela Fasubra nacionalmente e a manutenção da mobilização na UFRJ. O governo Lula sofreu duras críticas devido à tensão provocada pela movimentação dos 26,5% somada aos efeitos da aplicação da Emenda Constitucional nº 41 que revê as aposentadorias compulsórias; ao fim do step constante; ao risco de criação das fundações estatais de direito privado, que desvinculará os HUs das universidades; e à ameaça constante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de retirar dos contracheques da UFRJ as conquistas judiciais dos trabalhadores.

A categoria e a direção do SINTUFRJ irão reforçar a Plenária Nacional Estatutária da Federação, que será no início de dezembro. No encontro jurídico, de 26 a 28 de novembro, o objetivo é centralizar o debate em torno do congelamento das ações judiciais. *Páginas 3 e 4*

5ª Marcha da Classe Trabalhadora

A manifestação será dia 3 de dezembro. Este ano a luta da CUT é pela defesa do emprego e da renda contra a crise financeira internacional. Todas as marchas realizadas pela Central tiveram importantes resultados. O SINTUFRJ participará com uma delegação de 40 companheiros, sendo que 20 vagas estão reservadas para a Comissão de Mobilização. O ônibus sairá dia 2 para Brasília e retornará no dia 3. As inscrições podem ser feitas nesta terça-feira, 25, e quarta-feira, 26, na sede do Sindicato, até as 16h, com a Coordenação de Política Sindical (Luciano, Manoel Dantas e Carlos). *Página 4*

Fotos: Cícero Rabello



Bombeiros e encanadores

Na segunda-feira, dia 1º de dezembro, o SINTUFRJ realizará reunião com os bombeiros/encanadores às 10h, na subsele sindical no HU, no Fundão. Pauta: mudanças no contracheque e pagamento dos atrasados. Não falte, companheiro, o assunto é de seu total interesse.

Confraternização dos aposentados

A Coordenação dos Aposentados convida para o encerramento dos trabalhos do ano de 2008. Será na quarta-feira, 26 de novembro, às 10h, na subsele do HUCFF. Na agenda, últimos informes, exibição do filme "Linha de Passe".



Sindicato celebra seus 15 anos

A comemoração contou com uma programação especial. A festa foi durante a manhã e a tarde do dia 14 de novembro, no auditório do Centro de Tecnologia. Houve uma série de atividades, como debates sobre a Carreira, apresentação das oficinas do Sindicato, show de voz e violão, coquetel e bolo. *Página 8*

Cotas são aprovadas no Dia da Consciência Negra

Apesar de pesquisas revelarem o quanto o negro ainda sofre com a discriminação racial, principalmente na Educação, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 20, Dia da Consciência Negra, o projeto que reserva 50% das vagas em universidades federais para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas. Dentro destas haverá uma proporcionalidade para negros, pardos e indígenas. Veja também matéria sobre a marcha em homenagem a Zumbi. *Página 6*

A tradicional festa de fim de ano do Sindicato será dia 18 de dezembro. O período de inscrições para sindicalizados que tenham crianças até 12 anos começa dia 25/11 e vai até 5/12. As inscrições podem ser feitas na sede do SINTUFRJ e nas subseles (HU, Praia Vermelha e IFCS), no horário das 9h às 17h. Serão aceitos somente os dependentes que estiverem relacionados no sistema do Sindicato. Os sindicalizados que desejarem colocar barracas na festa deverão se inscrever de 1º a 5 de dezembro.

A presença dos companheiros é muito importante para que nossa festa seja um sucesso. Não deixe de se inscrever. A festa está sendo preparada com muito carinho para a criançada e para os companheiros se divertirem.



Mídia dos trabalhadores

O 14º Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação, realizado entre os dias 19 e 23 de novembro, no auditório do Sindicato dos Contabilistas, no Centro, reuniu dezenas de jornalistas e dirigentes sindicais, intelectuais, estudantes, professores e ativistas do movimento social, que discutiram a relação entre a mídia dos trabalhadores e a política.

Entre os palestrantes estavam o jornalista e sociólogo Ignácio Ramonet, diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, que debateu a comunicação do Império e a resistência dos movimentos sociais; o professor Denis de Moraes, do curso de Estudos Culturais e Mídia da UFF, que discutiu a concentração dos meios de comunicação na América Latina, e a professora Virgínia Fontes, também da UFF, que abordou os mitos fundadores do povo brasileiro.

Foram discutidos ainda temas como TVs pública e comunitária e a criminalização dos movimentos sociais. Jornalistas sindicais, professores e militantes apresentaram experiências de comunicação alternativa. Os organizadores do 14º Curso Anual produziram uma cerimônia em memória aos 90 anos do assassinato de Rosa Luxemburgo, em 15 de janeiro de 1919, divulgando a sua história. No curso, foi lançada a Agenda 2009 do NPC. A agenda lembra a greve de 1988 dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e homenageia os três trabalhadores mortos pela repressão: Willian, Valmir e Barroso.

O SINTUFRJ foi representado pelos coordenadores de Comunicação Jonhson Braz da Silva e Nivaldo Holmes, pela jornalista Regina Rocha e pelo programador visual Luís Fernando Couto. Nas próximas edições do Jornal do SINTUFRJ apresentaremos os principais temas do 14º Curso Anual.

Semana sem jornal do SINTUFRJ

Em virtude da paralisação dos empregados do SINTUFRJ dias 13 e 14 de novembro, tendo sido considerado essencial somente o serviço de Vigilância, lamentavelmente o jornal que circularia na semana de 17 a 23 de novembro não foi impresso.

A Diretoria colegiada 2008/2010 reconhece publicamente sua lentidão no trato das questões administrativas internas, principalmente no atual momento que todos (a diretoria) estão envolvidos na luta pelo descongelamento das ações judiciais da categoria. No entanto, a diretoria executiva encontra-se em reunião permanente (inclusive fez plantão no sábado, dia 15) buscando uma solução que contemple as reivindicações dos empregados do sindicato, bem como os direitos e deveres de ambas as partes.

A aplicação automática do reajuste não é tão simples como se imagina (e ainda pouco compreendida), visto que o nosso plano de carreira (PCCTAE) sofreu alterações que necessitam de adaptações ao atual contrato dos empregados do sindicato. Obrigatoriamente, temos que seguir a legislação trabalhista (CLT), que garante a legitimidade destas alterações, preservando, assim, os direitos e deveres dos empregados do SINTUFRJ.

DOIS PONTOS

A ciranda dos 26%

Os coordenadores-gerais do Sindicato, Francisco de Assis e Jeferson Salazar, explicaram na assembléia do dia 18 de novembro o que ocorreu com os 26,05%, que foram retirados do último contracheque. “A movimentação foi em função da liminar ganha na Justiça pelo SINTUFRJ determinando o retorno em cinco dias da ação ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape)”.

Segundo a PR-4, devido a um erro do Ministério do Planejamento, na hora de retornar o índice para o sistema Siape os pensionistas ficaram de fora. De acordo com o Planejamento não havia como pagar o valor em folha suplementar. Para solucionar o problema a Reitoria pagará o valor através do setor financeiro da UFRJ.

Desconto dos aposentados

O Sindicato explica que o desconto efetuado no contracheque de julho de 2007 dos aposentados foi referente ao fundo de greve aprovado em assembléia geral e não sobre o adiantamento do 13º salário conforme muitos pensaram. Agora, sobre o desconto maior efetuado no mês de outubro de 2008, este foi referente ao 13º salário do ano de 2007, que na ocasião deixou de ser descontado porque o SINTUFRJ ainda não havia sido cadastrado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conhecendo a Dança na UFRJ

O Departamento de Arte Corporal da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ apresenta, entre os dias 2 e 11 de dezembro, a quinta edição do seminário Conhecendo e Reconhecendo a Dança na UFRJ, com o tema “Políticas Culturais para a Dança”. Entre os dias 2 e 5, haverá palestras, comunicações, espetáculo e um encontro de danças populares com a Cia Folclórica do Rio de Janeiro, o grupo de Jongo da Serrinha e outros. A semana de 8 a 11 de dezembro será dedicada à mostra de Dança e apresentação de trabalhos artísticos. Haverá oficinas de dança de Rua ministrada por Bruno Williams, no dia 3, e de dança de Salão, ministrada por Jaime Arôxa, no dia 4. Inscrições vseminario@ufrj.br. Programação completa: <http://www2.eefd.ufrj.br/danca>.

Novos caminhos da Educação

Para terminar o ano letivo de 2008, a Coppe promove, no dia 4 de dezembro, às 9h30, na sala G 122 do CT, palestra com Viviane Mosé, filósofa, poeta, psicóloga e psicanalista. Ela escreveu e apresentou o quadro “Ser ou não ser”, em programa dominical da TV. “Ensino fragmentado x mundo globalizado: o impasse da educação na sociedade do conhecimento”, a palestra apresenta a busca por novos caminhos para a educação. Para participar é necessário confirmar presença pelo endereço: paula@crie.ufrj.br ou pelo telefone 2562 7843.

NPPN completa 45 anos

Será no dia 26, quarta-feira, a partir das 9h, a comemoração dos 45 anos do Núcleo de Pesquisas em Produtos Naturais (NPPN). Haverá palestra da professora Gilda Leitão, homenagens e confraternização.

Esporte

A Coordenação de Extensão EEFD realizou a III Volta da UFRJ de 10 km, no dia 16 de novembro de 2008, e com grande prazer o SINTUFRJ, representado pela Coordenação de Esporte e Lazer, participou junto com quinze companheiros da maratona. Dentre estes companheiros, destacamos a ganhadora do primeiro lugar da categoria feminina, Francilene Araújo de Souza. O campeão masculino, na faixa etária de 59 anos, foi Milton Francisco da Silva.

Tabela do Campeonato de Futebol do SINTUFRJ - Semifinal e Final:

- 27/11: P.U. X COPPE - Quinta-feira
- 28/11: DISEG X CLA - Sexta-feira
- 4/12: DISEG X CLA - Quinta-feira
- 5/12: COPPE X P.U. - Sexta-feira
- 12/12: 1º Jogo da final - Sexta-feira
- 18/12: 2º jogo da final - Quinta-feira
- 18/12: 3º lugar, 15 horas - Quinta-feira

Obs.: todos os jogos serão no campo da P.U.



Fotos: Divulgação

MOVIMENTO

Categoria mantém estado de greve

Fotos: Cícero Rabello

Na assembléia de quarta-feira, dia 19, no auditório do Bezão, os técnicos-administrativos reafirmaram o estado de greve decretado pela Fasubra nacionalmente e a manutenção da mobilização na UFRJ. A categoria e a diretoria sindical também deliberaram por reforçar a Plenária Nacional Estatutária da Federação, que ocorre na primeira semana de dezembro, com o objetivo de centralizar o debate em torno do congelamento das ações judiciais. A base do SINTUFRJ participará deste importante fórum de discussão e decisão com cinco delegados eleitos na assembléia e um representante da direção.

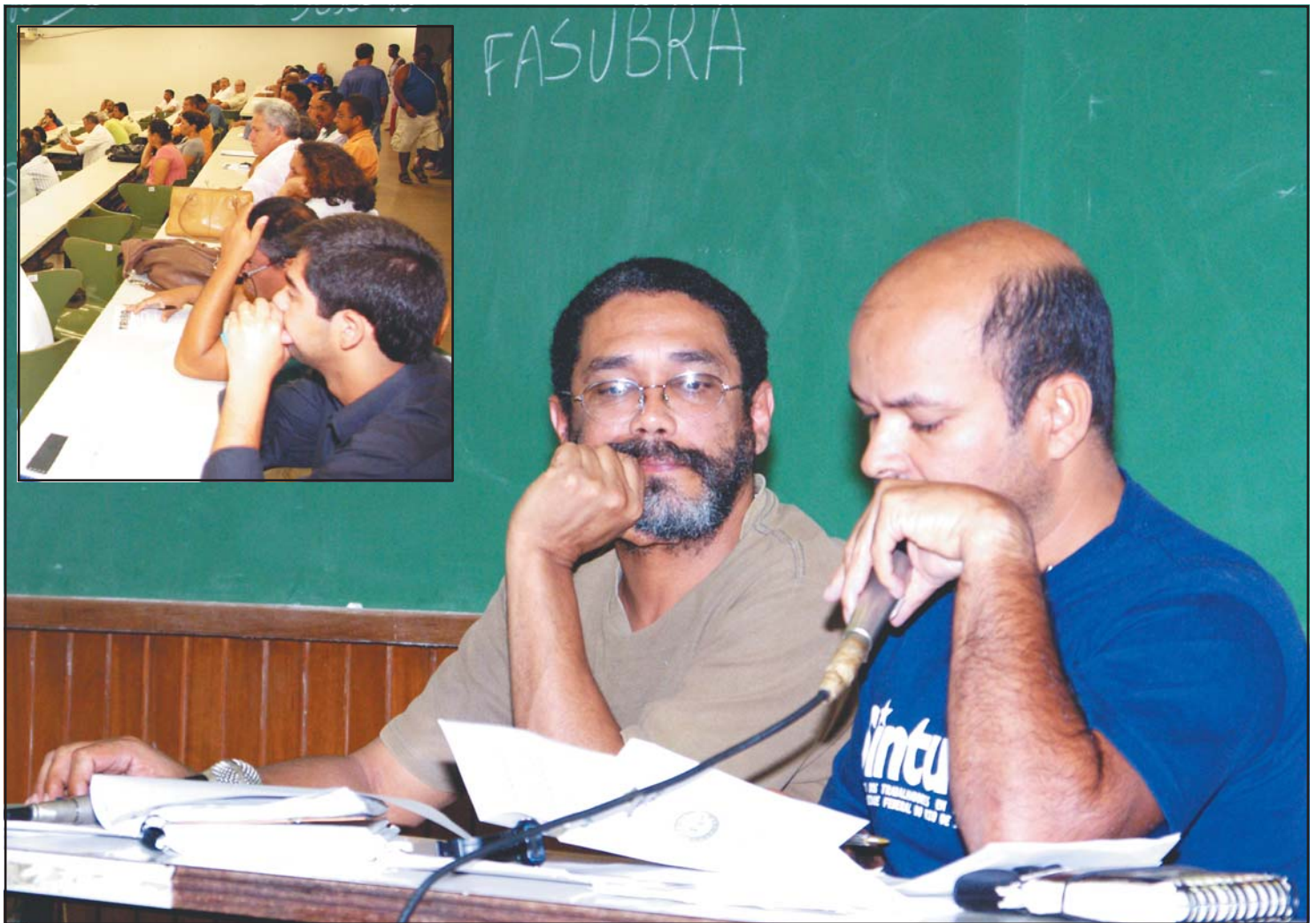
O debate a respeito do caráter do governo Lula agitou a assembléia e foi motivado pelos últimos acontecimentos internos e externos. O principal deles foi a tensão provocada pela movimentação dos 26,5% na semana anterior. Somaram-se a isso os efeitos da aplicação da Emenda Constitucional nº 41 que revê as aposentadorias compulsórias; fim do step constante; risco de criação das fundações estatais de direito privado, que desvinculará os HUs das universidades; e a ameaça constante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) de retirar dos contracheques da UFRJ as conquistas judiciais dos trabalhadores.

Luta continua

“Ainda estamos em estado de greve pelos problemas que enfrentamos internamente e, pela Fasubra, devido a questões conjunturais nacionais, que inclui a iminência de aprovação pelo Congresso de medidas provisórias inconstitucionais em prejuízo da classe trabalhadora”, explicou o coordenador-geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis, lembrando que cabe à categoria defender as ações judiciais: “Temos que continuar nosso processo de mobilização, e isso depende de cada um de nós. Em 2001, quando o governo cortou os 28% dos nossos contracheques, fechamos a Linha Vermelha. Voltamos a conviver com essa ameaça e, por isso, precisamos estar prontos, mobilizados, para reagir a qualquer ataque aos nossos direitos.”

“As assembléias são necessárias, porque nos mantêm alerta e informados. Assim como cabe a cada um de nós chamar o companheiro ao lado para a luta” afirmou Francisco.

Francisco Carlos, do Instituto de Biologia, um dos militantes que tem participado das tarefas da Comissão de Mobilização e de conscientização da categoria, defendeu que os diretores e os delegados de base dêem mais atenção às unidades isoladas e da Praia Vermelha devido à maior carência de informações.



ALERTAS. A categoria continua acompanhando atentamente as ações do movimento. No detalhe, os dirigentes Jéferson e Francisco na mesa da assembléia.

Fasubra avalia que mobilização é fundamental

A mobilização dos dias 5 e 6 de novembro cumpriu um papel importante na conjuntura, com pressão sobre o governo e divulgação à sociedade da disposição da categoria para a luta pelo cumprimento do acordo da greve de 2007. Essa é a avaliação da Fasubra – veiculada no informe da direção nº 11 – sobre a mobilização nos dois dias nacionais de luta com paralisação.

Como vimos na UFRJ, esses foram dias de grande mobilização, que culminou com o ato unificado com companheiros de outras Ifes na Praia Vermelha. A análise do quadro nacional informado pelas entidades de base demonstrou que segue o processo de mobilização da categoria, iniciada este ano com paralisações e atos em Brasília.

“Analisando os números da paralisação, observamos que a mesma foi parcial, com graus diferenciados de mobilização, em que pesem resultados importantes, em algumas universidades, no diálogo com a comunidade, pressão nas reitorias e na



PRESSÃO TOTAL. Na rua, no Parlamento e nos ministérios

divulgação da nossa pauta nos meios de comunicação. Alguns estados fizeram atos importantes em conjunto com o funcionalismo público”, diz a Federação, que aponta os desafios de unificação de lutas em defesa dos serviços públicos.

Os trabalhadores e a crise

Para a Federação, no entanto, falta muito para que os trabalhadores do serviço público estejam preparados para enfrentar uma crise da economia. Por isso, em sintonia com que se aprovou na Plenária da Fasubra, é preciso caracterizar o estado de greve.

O estado de greve é uma fase preliminar de mobilização da base, com canal diário de informações, diálogo e debate com a categoria, avaliando o desenrolar da conjuntura e rechaçando qualquer ataque às organizações sindicais, movimentos sociais ou ao serviço público, como o projeto apresentado pelo governo que cria a fundação estatal.

“Temos que continuar, pressionando o Parlamento e o Executivo para que não tenhamos nenhum retrocesso no nosso acordo. Buscando recompor aquilo que nos foi tirado – o step constante (step é a diferença entre pa-

drões de vencimento), sem qualquer negociação. E que foi considerado como golpe do governo (...), avançando na mesa setorial e na Comissão Nacional de Supervisão, para que tenhamos, de fato, o aprimoramento da nossa carreira e a recomposição do poder aquisitivo dos nossos benefícios, como o auxílio-alimentação, transportes, etc.”, registra a avaliação da direção.

Por isso, aponta a Federação, é fundamental a manutenção do Estado de Greve, como um estado de alerta e preparação da categoria para o enfrentamento das adversidades. Além do desafio de tirar desta crise elementos que possam levar à reação da sociedade contra os males do neoliberalismo para que o Estado invista em educação, saúde, moradia, emprego e na regulação do mercado.

Para a Fasubra, a decisão de estado de greve deve continuar e ser objeto de avaliação na próxima plenária, que deverá apresentar calendário para continuidade da mobilização e pressão contra os ataques de desmonte do Estado.

MOVIMENTO

Lula na berlinda

O caráter do governo Lula foi tema do debate político da assembleia. Baseados na conjuntura nacional desfavorável à categoria, a maioria dos presentes ao Bezão pôs em dúvida o lema “governo dos trabalhadores”. Os aposentados Arnaldo e Teresinha foram duros nas críticas. “A Emenda 41 de 2003 rebaixa o salário de quem se aposentou pela compulsória por força de licença médica. O próprio órgão de Pessoal da UFRJ não sabia dessa situação. Estamos sem defesa; as leis só nos prejudicam. É melhor morrer que se aposentar. Por que Lula mantém isso?”, indagou seu Arnaldo.

Francisco de Assis acrescentou que órgãos públicos estão sofrendo pressão para promover a revisão de algumas aposentadorias, e que este mês 169 aposentados na UFRJ estão sujeitos a sofrer a aplicação da Emenda Constitucional nº 41. “A situação é extremamente delicada, mas a assessoria jurídica do Sindicato está atenta”, disse.

“Estamos andando para trás empurrados pelo governo. Sempre na história os governantes elegeram parte dos servidores como responsáveis pelas crises econômicas. Estamos ouvindo banqueiros dizendo que tem que enxugar a máquina pública, enquanto pessoas que dependem do cheque especial e de empréstimos pagam juros exorbitantes. Só com atitude sairemos desse embróglio, como já fizemos anos atrás. Isso quer dizer assembleia cheia e a gente dizendo: eu não quero isso, quero meu salário de volta e voltar a ser um servidor sem precisar pegar empréstimo”, desabafou Teresinha.

“O importante é observar o quadro nacional: primeiro é a tentativa do governo em não cumprir o descongelamento. Outra questão é tentar descaracterizar a nossa carreira com a retirada do step constante. Estamos com vários problemas e por isso proponho tirar uma grande bancada para a plenária da Fasubra e aprovamos um documento contra

o governo, que joga pesado contra nós. Precisamos dizer a esse governo que ele não nos representa”, afirmou Francisco Carlos.

“Convoco mais uma vez todos os companheiros para ficar na trincheira, pois o governo está colocando o funcionário público mais uma vez na alça de mira. Precisamos pôr o movimento na rua, senão o trator vai passar”, disse o diretor do SINTUFRJ, Nivaldo Holmes.

Jéferson Salazar foi o único a fazer uma análise do governo diferente. “Pelas palavras de alguns companheiros parece que estamos vivendo na época de FHC, que nos impôs oito anos sem reajustes, ou de Collor, que responsabilizou o serviço público pelas mazelas do país. Este é um governo de composição por conta da necessidade política de governabilidade. Um governo composto de setores de direita e de centro. Não vivemos num mundo isolado, portanto, temos que ter capacidade para discutir e

avançar politicamente. As disputas se dão no campo do debate e da mobilização, e qualquer re-

trocesso tem a ver com a nossa força de mobilização”, pontuou o dirigente.



CRÍTICAS. O “governo dos trabalhadores” não foi poupado



ARNALDO: “Melhor morrer do que se aposentar”



TERESINHA: “Estamos andando para trás”



NIVALDO: “Governo joga pesado contra nós servidores”

Plenária Nacional e 30 anos da Fasubra

De 7 a 9 de dezembro, na cidade de Natal. Consta da pauta política da plenária, que será discutida nos dois primeiros dias, 7 e 8, a construção de resoluções sobre os seguintes temas: informes da direção nacional e das bases; conjuntura: perspectivas e cenários; hospitais universitários; filiação da Federação à Confederação dos Trabalhadores das Universidades Latina e do Caribe (Contua) e à Internacional de Servidores Públicos (ISP); XX Confasubra: aprovação do regimento e definição do local; e registro sindical.

O último dia programado, 9, foi reservado para a comemoração dos 30 anos da Fasubra Sindical. O evento festivo será realizado no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e, na oportunidade, a Federação homenageará seus ex-diretores. A delegação eleita na assembleia à plenária é composta dos seguintes companheiros de base: Luiz Carlos da Silva, Francisco Carlos dos San-

tos, Celino Leal, Genivaldo Santos de Almeida, Nivaldo Holmes de Almeida Filho, mais o diretor sindical Jéferson Salazar.

Participar é importante

Diversas vezes na assembleia a diretoria do SINTUFRJ frisou a importância da participação da base da UFRJ nesta plenária para garantir que entre na pauta de debates nacional a luta conjunta contra o congelamento das ações judiciais. “A nossa maciça delegação na plenária anterior da Federação foi decisiva para realização do XIV Encontro Jurídico Nacional da Fasubra, que ocorrerá agora, dias 26, 27 e 28 de novembro”, citou como exemplo o coordenador sindical Francisco de Assis.

Participarão desse encontro advogados e assessorias jurídicas de todas as entidades da base da Fasubra. Pelo SINTUFRJ irão Iaci Azevedo, André Viz e Alexandre Fecher. O encontro socializará experiências, uniformizará encaminhamentos jurídicos e políticos e ainda trará os rumos da luta entre todas

as bases, mas de forma unitária. O assessor jurídico do SINTUFRJ, André Viz, será um dos profissionais a conduzir o debate. O evento ocorrerá no campus da Universidade Darcy Ribeiro, em Brasília.

Os assuntos pautados são: questões relativas à carreira; veto à norma do step constante na conversão da Medida Provisória 431; enquadramento dos aposentados no último padrão (efetivação das decisões e intervenção do MPOG); sistema de avaliação; Plano de Desenvolvimento Institucional; planos de desenvolvimento na carreira; e enquadramento nos níveis de capacitação; cumprimento do estágio probatório e a evolução funcional. Esses assuntos serão discutidos quarta-feira, dia 26.

Na quinta-feira, dia 27: incorporação das Procuradorias das Ifes à AGU, ação de inconstitucionalidade; registro sindical; convênio com o MPOG para consignação das mensalidades, evolução das negociações; e intervenção do MPOG sobre verbas incorporadas.

E na sexta-feira, 28: tudo sobre a ação relativa ao reajuste dos

3,17% até hoje; vantagens pessoais; os 28%; execução nas ações coletivas; contagem agregada de tempo de serviço nas atividades insalubres no período do RJU; proventos de aposentadorias e pensão

após a EC-4 (Emenda Lula); decisões do STF; ações sobre matérias de interesse da categoria tidas como repetitivas pelo STJ, entre outros assuntos importantes da seara jurídica.

5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora

O SINTUFRJ enviará um ônibus com 40 caravaneiros rumo à 5ª Marcha da Classe Trabalhadora, dia 3 de dezembro, em Brasília, cujo tema é “Pelo Desenvolvimento e Valorização do Trabalho”. A saída será no dia 2 e o retorno no dia 3, após a manifestação. A participação dos técnicos-administrativos na marcha anual da Central Única dos Trabalhadores sempre foi prioridade da direção sindical.

Este ano a luta da CUT é pela defesa do emprego e da renda contra a crise financeira internacional. Essa grande mobilização é para pressionar o governo federal, os parlamentares e o poder Judiciário para incluir nas discussões e decisões nacionais a agenda dos trabalhadores e trabalhadoras. “Temos o dever de pressionar para que a crise não seja abordada apenas a partir da visão de banqueiros, empresários e jornalistas neoliberais. E, como afirmado pela resolução de nossa última Executiva Nacional, os trabalhadores não pagarão pela crise. A solução para a crise é a geração de emprego e renda”, afirmou o presidente da Central, Artur Henrique.

Todas as quatro marchas realizadas pela CUT nos últimos anos tiveram importantes resultados e conquistas. E a razão maior do registro de avanços foi a participação de cada dirigente sindical e militante, que acreditaram na importância da mobilização e convenceram outros companheiros a participar.

UNIVERSIDADE

Movimento constrói projeto para os HUs

A resistência dos trabalhadores, em particular da Fasubra, à apresentação, por parte do governo, do projeto de lei que cria a fundação estatal de direito privado, tem impedido a sua concretização. Para combater e demonstrar as incongruências deste modelo de organização privada, a Fasubra Sindical apresenta um projeto para os HUs, como uma contribuição para o debate, buscando despertar e/ou induzir a uma reflexão coletiva, com a expectativa do envolvimento de todos os atores sociais.

Desafios

Para desenvolver as condições objetivas para o fortalecimento dos HUs, é necessário avançar na definição acerca do papel e missão dos HUs. A mudança por si só do “ente jurídico” e do modelo de gestão atual não superará os problemas enfrentados atualmente pelos HUs, denominados de crise, tanto do ponto de vista institucional, gerencial, quanto de identidade.



Foto: Cicero Rabello



ATO contra a fundação estatal na entrada do HUCFF e coleta de assinaturas

Conscientes desses desafios, a Fasubra Sindical vem ao longo dos anos discutindo, exaustivamente, o papel e a crise financeira e de pessoal, fruto de políticas de governos implementadas ao longo dos anos. Desse debate concluiu-se que a solução para a crise dos HUs não passa pela sua transformação em fundação estatal de direito privado ou mudança de regime jurídico, mas sim pela compreensão dos governantes de que os HUs, mesmo sendo primordialmente um espaço acadêmico, atende, de forma articulada com o ensino, tanto às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), quanto desenvolve ciência e tecnologia.

O projeto da Fasubra, que pode ser acessado pelo site da Federação, foi construído a partir de debates, grupos de trabalho e contribuição da categoria, e contém 11 capítulos e 44 artigos. Trata da natureza dos HUs; dos fins; da missão; dos objetivos; do controle social; da organização e da gestão; do financiamento; e da avaliação institucional.

UFRJ se auto-avalia

Está em plena atividade a Comissão Provisória de Avaliação da UFRJ, constituindo-se no passo inicial para a implantação da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), conforme prevê a Lei Federal nº 11.861/2007, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Ela estabelece a obrigatoriedade da constituição de uma comissão própria de avaliação em cada instituição.

A Comissão Provisória de Avaliação da UFRJ tomou posse no início do mês, depois de aprovada pelo Conselho Universitário. Ela é composta por sete professores, sendo um indicação da Reitoria e aprovado pelo Conselho Superior de Coordenação Execu-

tiva (CSCE); seis técnicos-administrativos e três alunos da graduação e três da pós-graduação, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes e pela Associação de Pós-Graduandos.

Tarefas

A comissão se reúne às quartas e sextas-feiras, das 13h às 17h, na sala ao lado do salão onde se realiza as sessões do Conselho Universitário, no prédio da Reitoria. A tarefa dos seus membros é elaborar o projeto de auto-avaliação; dar início ao processo de auto-avaliação da UFRJ; definir cronograma de eventos relacionados ao processo de avaliação; sistematizar as informações ne-

cessárias ao cumprimento do seu objetivo; enviar as informações solicitadas pelo Sistema de Informação, Pesquisa e Estatística Educacional (Inep); e apresentar proposta para a constituição da Comissão Permanente de Avaliação da UFRJ (Copera II).

Ao fim de seis meses, a comissão provisória deverá apresentar relatório de suas atividades para avaliação do Conselho Universitário. Integram a comissão os seguintes técnicos-administrativos: Roberto de Moraes Gomes (CIS); Flávio Antônio Pacheco dos Santos (IFCS); Tatiana Fortunata de Carvalho (IFCS); Vera Lúcia Vieira Barrada (IPPUR) e Chantal Russi (coordenadora do SINTUFRJ).

Recursos para capacitação não contemplam UFRJ

O Ministério do Planejamento autorizou, por meio da Portaria nº 432, de 24 de outubro, o repasse de recursos financeiros para 26 órgãos da Administração Pública Federal, num total de mais de R\$ 1,8 milhão, para capacitação de servidores. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, será beneficiada com pouco mais de R\$ 169 mil. Mas a UFRJ não está entre as instituições contempladas, segundo informou o superintendente da Pró-Reitoria de Pessoal Roberto Gambine. Isto, apesar da instituição ter apresentado projetos. O superintendente acredita que talvez tenham sido privilegiados projetos na área de gestão.

Foram enviados dois projetos da UFRJ: um de educação continuada (supletivos de 1º e 2º graus) e outro de formação técnica geral. “Vamos pedir de novo para o ano que vem”, disse Gambine. Rita Anjos, da Coordenação de Desenvolvimento Profissional (Codep), avalia que esses recursos se viessem cairiam bem, haja vista os gastos. Ela exemplifica a impressão de material didático para os cursos que abrangem um contingente grande de servidores.

Fator previdenciário tem que acabar

Intensificar a mobilização para garantir a aprovação, até o fim deste ano, do Projeto de Lei nº 296/2003, de autoria do senador petista Paulo Paim, que extingue o fator previdenciário, é a palavra de ordem da CUT, Fasubra e sindicatos. Em abril, o Senado aprovou o projeto que também já passou pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara e seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça. De lá, vai para o plenário. A decisão de pôr fim a essa perversidade instituída por FHC está nas mãos dos deputados federais.

O fator previdenciário foi criado para aposentadorias privadas. Mas na reforma da Previdência em 1998, através da Emenda

Constitucional nº 20, passou a impor regras também para o serviço público. Na reforma da Previdência em 2003, com a Emenda Constitucional nº 41, os servidores tiveram outra surpresa. Passou a valer para a aposentadoria a idade mínima, mais tempo de contribuição e 20 anos de serviço público – 10 no cargo e 5 na função. O fator previdenciário, que é a soma da idade mais a contribuição, ficou da seguinte forma: homens, 95 anos, e mulheres, 85 anos.

Segundo o coordenador de Aposentados da Fasubra, Luiz Francisco Martins Alves, é prerrogativa do governo vetar o projeto, mas tudo indica que não fará isso, aguardando o resultado da votação na Câmara.

Perversidade – O fator previdenciário foi instituído pela Lei nº 9.876, aprovada em novembro de 1999, na contra-reforma de FHC. É um perverso mecanismo contábil de arrocho dos trabalhadores que retarda o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição, elevando em cinco anos a idade média de quem requer o benefício. Como a redução dos vencimentos é expressiva (fica menor quanto mais tarde a pessoa se aposenta), o trabalhador é obrigado a adiar sua aposentadoria. Aplicado no cálculo da contribuição, o fator reduz em 30% e 35% – respectivamente para homens e mulheres – o valor da aposentadoria e pensão em comparação ao salário da ativa.

BRASIL

Zumbi é lembrado em todo o país

O Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, foi comemorado em todas as capitais do país pelos movimentos sociais contra a discriminação racial. Pela quinta vez, a CUT e os sindicatos cutistas realizaram em São Paulo a grande marcha em homenagem a Zumbi dos Palmares, cujo tema este ano foi “Os 120 anos da abolição inacabada”. O ato é uma demonstração de indignação e protesto contra as condições subumanas ainda impostas aos negros e negras, e uma forma de ampliar para a sociedade o debate sobre a questão racial no Brasil.

Zumbi, o grande líder do Quilombo dos Palmares, foi assassinado em 20 de novembro

de 1695 – há 313 anos – pelas tropas portuguesas comandadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Grande guerreiro e estrategista militar, Zumbi só foi capturado por ter sido traído por um de seus companheiros, Antônio Soares. Seu corpo foi esquartejado e sua cabeça exposta em praça pública na cidade de Olinda, em Pernambuco. Uma lei federal de 2003 instituiu a data da morte de Zumbi como o Dia da Consciência Negra.

Realidade injusta

Passados três séculos da morte de Zumbi dos Palmares, levantamento do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea): “Demanda e Perfil dos Trabalhadores Formais do Brasil”, em 2007, constatou que os negros recebem em média 53% do salário dos não-negros, a escolaridade do negro é de 5,8% em média e a dos não-negros 7,7%. Negros e negras ocupam 60,3% dos empregos na agricultura, 57,9% na construção civil, 59,1% dos serviços domésticos, enquanto os não-negros ocupam 56,5% no comércio e serviços não financeiros, 62,5% nos serviços financeiros e 57,2% na administração pública, serviços sociais e utilidade pública. Ainda de acordo com o Ipea, 55% do trabalho não remunerado no Brasil e 55,4% sem carteira assinada são representados por negros e negras.

Hoje, 37% dos jovens negros que ingres-



Pesquisas revelam quanto o negro ainda sofre com a discriminação racial

sam no mercado de trabalho não completaram o ensino fundamental. Em 1998, esse número era de 60%. Houve uma pequena melhora, mas os dados mostram que o jovem negro continua não tendo as mesmas oportunidades de estudo na educação base que um não-negro devido a sua renda familiar ser menor. Outra evidência de discriminação racial é a diferença salarial entre negros e não-negros com faculdade. Trabalhadores negros com curso superior recebem, em média, R\$ 13,86 por hora trabalhada, 28,8% a menos do que a remuneração de R\$ 19,49 por hora paga a não-negros com a mesma formação. Essa informação foi divulgada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Uma história de luta, resistência e um profundo amor pela arte!
Documentário de 83 minutos sobre Candeia e a criação da Quilombo

Eu Sou Povo!



DIREÇÃO Bruno Bacellar Regina Rocha Luis Fernando Couto
www.flordelotus.net/Candeia/candeia.asp

Documentário “Eu sou o povo!” na UFRJ

Nesta terça-feira, 25, às 11h30, no auditório Alice Rosa (12º andar do HU), será exibido o documentário “Eu sou o povo!” sobre Candeia e a criação da Escola de Samba Quilombo. O evento faz parte do programa pela Sema-

na da Consciência Negra organizado pela Coordenação de Políticas Institucionais de Humanização do hospital universitário. O filme é dirigido por Bruno Bacellar, Regina Rocha e Luiz Fernando Couto.

Câmara aprova cotas para alunos do ensino público

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 20, Dia da Consciência Negra, o projeto que cria a cota de 50% das vagas em universidades federais para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas. As demais vagas serão preenchidas com reservas para negros, pardos e indígenas na proporção da população de cada estado, medida pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dentro da cota, o projeto (PL 73/99), da deputada Nice Lobão (DEM/MA), reserva a metade das vagas para os estudantes de família com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* (R\$ 622,50). Entre a população que recebe até três salários mínimos, 68,1% são negros.

As regras se aplicam também às instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes que tenham cursado todo o ensino fundamental em escolas públicas. O critério de renda foi incluído durante as negociações no plenário da Câmara, permitindo a aprovação do projeto por acordo, em votação simbólica, sem o

registro dos votos no painel eletrônico.

As instituições terão o prazo de quatro anos para cumprir o regime de cotas, mas terão de reservar a cada ano pelo menos 25% das vagas. O projeto estabelece que, no prazo de dez anos, o governo fará uma revisão no programa de acesso às universidades públicas de estudantes negros, pardos e indígenas e dos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Regras – De acordo com o texto aprovado, as universidades públicas deverão selecionar os alunos do ensino médio em escolas públicas tendo como base o coeficiente de rendimento, obtido através de média aritmética das notas ou menções obtidas no período, considerando-se o currículo comum a ser estabelecido pelo Ministério da Educação. As cotas deverão ser respeitadas em cada curso e turno das universidades. O texto facultava às instituições privadas de ensino superior o mesmo regime de cotas em seus exames de ingresso. O projeto será examinado pelo Senado.

Fontes: ID da Fasubra, Diap e Portal da Câmara

DIREITO DE RESPOSTA

Senhores Dirigentes e demais associados do SINTUFRJ

Ao longo dos 15 anos de existência do SINTUFRJ, o IPPMG sempre estabeleceu uma relação de respeito mútuo e admiração pelas ações e inequívocas conquistas através de lutas e ganhos judiciais para todos os funcionários da UFRJ associados ao sindicato. Esta relação de respeito mútuo e reconhecimento das ações do sindicato sempre gerou apoio aos membros do corpo social do IPPMG para que pudessem fazer presentes em reuniões e assembleias locais e nacionais. A liberação de nossas dependências, assim como a participação solidária dos diferentes dirigentes em discussões e opiniões às estratégias de luta do movimento sindical não deixam dúvidas quanto ao reconhecimento institucional de sua importância. Correspondentemente, ao longo destes anos, sempre tivemos a consideração e admiração recíproca do SINTUFRJ, entendendo as particularidades do engajamento

de nossa instituição nos movimentos do sindicato.

Declaramo-nos particularmente a favor aos movimentos dos trabalhadores ao defender e conquistar seus direitos sociais e trabalhistas e nossa simpatia e admiração por todos aqueles que participam do corpo a corpo na luta em prol de sua coletividade.

Estas observações não significam que não existam discordâncias neste ou naquele ponto e que, enquanto instituição, daremos um aval irrestrito a toda e qualquer atitude de um representante sindical, sobretudo quando praticada no exercício de sua função dentro de nosso instituto.

Certamente é do conhecimento dos senhores o contexto do exercício de um mandato classista segundo as marcas legais do funcionalismo público contidas na Lei nº 8112/90, e nas Medidas Provisórias que a modificaram. Do ponto de vista desta lei, a liberação de servidores para o exercício de mandatos clas-

sistas é proporcional ao número de funcionários da entidade e, desta forma, na UFRJ seria de 2 (dois) no máximo, e formalizada a partir de solicitação do sindicato.

No entanto, entendendo a estreiteza da autorização legal, as direções do IPPMG têm construído acordos com o sindicato de modo a possibilitar que um maior número de servidores exerça funções classistas. Estas liberações de servidores são extra-oficiais e concedidas pontualmente para eventos locais e/ou nacionais e condicionadas a uma solicitação com a antecedência necessária para que a ausência de um servidor não cause transtornos ao funcionamento da unidade.

Esta prática de liberação extra-oficial sempre foi pautada na compreensão e respeito pelas atividades do IPPMG e SINTUFRJ. Na verdade, o diretor do IPPMG ao proceder desta forma está em desacordo com o marco legal e sujeito a questionamentos jurídicos.

Entretanto, só o faz por entender que, apesar de irregular, não é um procedimento amoral, cujo risco é importante para o progresso do desenvolvimento social do país.

Este direito de resposta foi solicitado em função de que não só a direção do instituto como o seu corpo social se sentiram indevidamente e inoportunamente agredidos e desrespeitados pelo teor da matéria. Destacamos, ainda, que outros atos de desrespeito ocorreram durante este processo, como a entrada em massa e sem consulta prévia de vários membros do sindicato na Divisão de Recursos Humanos do instituto, o que levou a um sentimento nítido de constrangimento dos nossos funcionários; acrescenta-se a isto que ocorreram diversas caminhadas de membros do sindicato e do jornal do Sintufrj dentro dos setores de trabalho do IPPMG sem qualquer comunicação prévia, além de tirarem fotografias de pessoas e locais sem con-

sentimento ou qualquer explicação, fato este que ocorreu inclusive com o diretor da unidade.

Mas, certamente, o ponto culminante desta seqüência de descuidos e desrespeitos ocorreu exatamente com a publicação da matéria "**Perseguição no IPPMG**", sobretudo por ela tentar passar a idéia de que uma ação administrativa tinha a conotação de um ato de perseguição política sem apresentar quaisquer provas ou justificativas. Não julgamos ser aqui o local para se entrar em detalhes sobre o ocorrido com o servidor destacado na matéria. O IPPMG tem a consciência de que seus atos sempre se pautaram dentro dos princípios da legalidade e moralidade na relação com seus funcionários e não se furtará de debater, com quem quer que seja, a justificativa de seus atos, desde que isto não implique cindir as regras de relacionamento entre a instituição e seus servidores.

PLANTÃO HOSPITALAR

Fasubra quer adicional para todas as classes

A Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, instituiu o Adicional por Plantão Hospitalar (APH) para servidores das áreas indispensáveis ao funcionamento ininterrupto dos hospitais universitários, quando trabalharem em regime de plantão. Há valores para cargos de nível médio e superior.

A Fasubra se reuniu com o MEC para reivindicar a reedição da MP estendendo o adicional para todos os cargos que realizam trabalho ininterrupto. Cargos que integram as classes A, B e C também fazem plantão, como o auxiliar de enfermagem, nutricionista e

auxiliar de lavanderia.

"A nossa reivindicação está centrada na discussão do recebimento do adicional por todas as classes. A MP trouxe valores apenas para o nível intermediário e superior, apesar da estrutura da tabela não se dividir mais em nível intermediário ou superior", explicou Walter Gomes de Souza, coordenador de Relações Sindicais da Federação.

Ele disse que o MEC informou que não existe nada que inviabilize a concessão do adicional para as outras classes. A Federação segue na negociação e também solicitou às entidades que cobrem da administração dos HUs a relação das atividades ininter-

ruptas e os cargos das classes A, B, C que fazem plantão, para subsidiar a conversa com o MEC.

O diretor do IPPMG, Marcelo Land, explica que quando fez o dimensionamento para atualização do Ministério do Planejamento, incluiu todos os que fazem plantão, independente de nível, de motoristas a profissionais da cozinha: "Meu entendimento é de que a medida vale para todo mundo que esteja de plantão, desde a manutenção à parte médica. Isso é feito para cobrir necessidade do plantão, que não é só de médicos e de enfermeiros", comentou Land.

Lançada cartilha sobre fundação estatal

A Fasubra Sindical com a Condesf, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Intersindical e CTB lançaram no dia 17 de outubro a Cartilha contra o PLP 92/2007 (Fundação Estatal de Direito Privado). A Cartilha apresenta o debate sobre a concepção e modelo do Estado brasileiro e integra a agenda dos trabalhadores:

"Lutamos contra políticas de Estado mínimo, acompanhadas de privatização de áreas estratégicas. Essas políticas equivocadas querem transferir a setores privados a gestão do Estado brasileiro. Além disso, o movimento social organizado, movimento sindical e movimento estudantil têm resistido à lógica neoliberal. Lógica cuja orientação foi seguida à risca e implementada no Brasil nos governos Collor e FHC, através das Organizações Sociais de Interesse Público.

No governo Lula, o mesmo projeto foi apresentado. Reformulado na forma de Projeto de Lei

Complementar (PLP 92/07), ele pretende criar a Fundação Estatal de Direito Privado. Esse debate foi atropelado no Congresso Nacional. Foram desconsideradas opiniões de instâncias de controle social, como o Conselho Nacional da Saúde, Conselho Nacional de Assistência Social e Conferência Nacional da Saúde. Isso demonstra a falta de sintonia do governo e Parlamento com os fóruns democráticos de participação e deliberação social.

O modelo de Fundação Estatal de Direito Privado está na contramão do Estado forte, referenciado socialmente, e representa nesta conjuntura desafio para o Estado brasileiro. O PLP 92/07 representa o início de uma reforma cujo viés reforçará a tese do Estado mínimo, praticada nos governos neoliberais."

A Cartilha está disponível para a reprodução no endereço: <http://www.fasubra.org.br/siteAsp/download/cartilha.pdf>.

SINTUFRJ debuta no CT

A comemoração dos 15 anos do SINTUFRJ contou com uma programação especial. A festa foi durante a manhã e a tarde do dia 14 de novembro, no auditório do Centro de Tecnologia. Teve uma série de atividades, como debates sobre a Carreira, apresentações das oficinas do Sindicato, show de voz e violão, coquetel e bolo.

A mesa de abertura foi formada pelos coordenadores-gerais do SINTUFRJ, Francisco de Assis e Jéferson Salazar, pelos representantes da Fasubra Vera Miranda e Paulo Henrique e por representantes do DCE.

A seguir, houve a entoação do Hino Nacional pelo violonista Rick Oliver. Nas intervenções os participantes abordaram a importância do movimento sindical, em especial no período compreendido entre a Associação e o Sindicato.

Para a coordenadora-geral Iaci Azevedo, o Sindicato faz 15 anos num momento muito difícil da conjuntura, uma data que deve ser comemorada, mas com os trabalhadores em alerta. “Apesar de termos um governo eleito pelos trabalhadores, vemos o trabalhador sofrer. Temos um governo que prefere não desgastar banqueiros, mas jogar a conta sobre os trabalhadores. Portanto, está na hora da categoria se unir para lutar contra estes desmandos. Essa comemoração é uma data festiva, mas também uma data para marcar que devemos estar alertas”, afirmou.

Iaci destaca nesse contexto os desafios da entidade e de seus trabalhadores que têm uma história combativa: “Temos que reconstruir nossa Carreira e lutar para mostrar para o governo que a gente não está de brincadeira. O SINTUFRJ não vai assinar embaixo desta postura do governo. Embora as chapas que compõem a direção do Sindicato sejam cuitistas, temos que deixar claro que a Central Única é para lutar pelos trabalhadores.”

Comemoração

Depois da abertura, foi oferecido ao público um coffee break seguido da mesa-redonda sobre Carreira, com a participação de dois representantes da Fasubra, de Francisco de Assis, e de Roberto Gomes, vice-coordenador da Comissão Interna de Supervisão (CIS).

A manhã foi preenchida pelas oficinas de artesanato do SINTUFRJ, ministradas pelas professoras Débora Oliveira (patchwork) e Maria de Fátima (pintura em tecido) e a professora convidada Petrolina Diniz (ikebana). Eventos concorridos na festa, as oficinas reuniram muitos interessados.

À tarde houve apresentação da Oficina de Dança do SINTUFRJ, coquetel e música ao vivo com o violonista Rick Oliver. O encerramento contou com um bolo comemorativo.

Os coordenadores de Políticas Sociais Carmen Lucia Mendes, Ruy de Azevedo e Vera Lúcia

Teles, a coordenadora de Educação Dulce de Lima, a coordenadora-geral Iaci Azevedo, a aposentada Helena Vicente e a coordenadora de eventos do CLA Hilda Regina integraram a comissão organizadora da festa.

“A participação dos servidores foi ótima. Eles gostaram muito”, disse Carmen, que agradeceu aos que apoiaram a orga-

nização do evento, como Helena e Hilda, a vice-decana do CLA Flora De Paoli e membros da Administração Central. Ela elogiou também as professoras de artesanato e a Oficina de Dança: “Todo mundo gostou e, por outro lado, divulgamos o trabalho das oficinas para que todos possam participar”, disse ela.

Vera Lúcia, também agradeceu

da pelo apoio à organização e pelo desempenho do pessoal das oficinas de artesanato, elogiou a apresentação da Oficina de Dança e destacou momentos importantes da festa como a homenagem com placas e flores a coordenadores atuais e a ex-dirigentes do SINTUFRJ, como Marlene Ortiz (já falecida) e Neuza Luzia, hoje na direção da CUT-RJ.



NO ALTO À ESQUERDA, a Comissão Organizadora da Festa. À direita, a mesa de abertura no auditório do CT. Abaixo, à esquerda, a confraternização. Ao lado, à direita, a apresentação da Oficina de Dança que incentivou muita gente a bailar. Em seguida temos as oficinas de ikebana e patchwork que atraíram e divertiram a companheira. No pé da página, um dos homenageados, o técnico-administrativo Baiano. Ao lado, a coordenadora-geral Iaci Azevedo, com integrantes da diretoria e companheiros da categoria.



Fotos: Cicero Rabello